



Santa Casa da Misericórdia de Sardoal

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

ANO DE 2014

No cumprimento dos imperativos legais e do Compromisso, submetemos à aprovação dos Irmãos o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2014.

Das actividades e realizações descritas no Plano de Actividades, damos conta das seguintes:

1 – Iniciou-se a construção do Centro de Dia, que já deveria estar concluído, mas que por virtude de atrasos significativos da EDP na mudança da linha de alta tensão que sobre ele se encontra, e que impossibilitou a continuação dos trabalhos com a brevidade necessária. Irão ficar concluídos antes de 31 de Maio do corrente ano.

2 – Reconstrução do edifício da Rua 5 de Outubro, objecto de atrasos por motivos um pouco alheios à nossa vontade, irá igualmente ficar concluído num espaço de tempo que permita o seu uso com brevidade, dado que a procura por tal espaço é bem frequente.

3 – O edifício de Rua de Santa Catarina está praticamente concluído, faltando alguns acabamentos interiores que só não estão, dado que se pode negociar a sua aquisição ficando estes acabamentos para serem executados pelos possíveis interessados, caso venha a ser autorizada a sua alienação.

Com a habitual participação, manifestação de fé que sempre comporta, celebrou-se a procissão do Senhor da Misericórdia ou visitação. Conhecida por “Fogaréus”, a festa do Senhor dos Remédios, da Visitação e de Santa Maria da Caridade. Cumpriram-se assim as disposições contidas no Compromisso.

No aspecto financeiro as contas anexas falam por si, graças a uma gestão cuidadosa e de modo a que nada falte mas que nada se perca, acrescendo o cuidado de nada faltar aos nossos Utentes, agora designados clientes.

O resultado negativo apurado torna-se insignificante atendendo ao momento

que se vive no concelho e no país, situação que tem reflexos nas dificuldades financeiras de muitos clientes, atente-se que ninguém é desprezado por mais não terem, tudo isto devido ao modo e forma de gerir que ultimamente se tem seguido, apesar das críticas – sem fundamento – que por alguns tem sido feito, tudo isto, repete-se, sem que se tenha perdido a qualidade dos serviços prestados.

Dáí que se tenha de realçar a valiosa e generosa dedicação de todos os funcionários, mesmo sabendo-se que alguns nada fazem para sentirem o quão necessário é para as suas vidas, disporem de um vencimento, pago atempadamente e tantas vezes sem contrapartidas da sua parte.

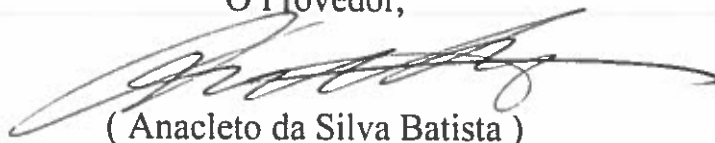
Como é habitual, estamos aqui para prestar os esclarecimentos que porventura sejam considerados necessários por parte dos Irmãos.

Assim, submete-se à consideração da Assembleia a aprovação do Relatório e das Contas referentes ao exercício do ano de 2014, onde foi apurado um resultado líquido negativo de € 15.515,26, que se propõe seja levado à Conta de Resultados Transitados.

SARDOAL, 2015-03-06

Pel'A Mesa Administrativa,

O Provedor,



(Anacleto da Silva Batista)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2014	31 DEZ 2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		1.830.981,90	1.620.584,69
Bens do património histórico e artístico e cultural		847.480,00	0,00
Propriedades de investimento		379.967,91	396.061,37
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		11.705,15	11.380,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		3.070.134,96	2.028.026,06
Activo corrente			
Inventários		20.624,76	32.461,85
Clientes		86.446,92	57.248,65
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		17.997,45	1.845,75
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber		87.364,41	64.749,41
Diferimentos		21.131,77	22.652,33
Outros activos financeiros		2.493,99	2.493,99
Caixa e depósitos bancários		81.637,21	60.940,61
		317.696,51	242.392,59
Total do activo		3.387.831,47	2.270.418,65
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		225.937,34	225.937,34
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		32.959,68	32.959,68
Resultados transitados		-356.912,68	-606.127,77
Excedentes de revalorização		847.480,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.987.997,12	1.799.796,36
		2.737.461,46	1.452.565,61
Resultado líquido do período		-15.515,26	249.244,93
Total do fundo de capital		2.721.946,20	1.701.810,54
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		1.000,00	1.000,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		100.000,00	100.000,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		101.000,00	101.000,00
Passivo corrente			
Fornecedores		159.531,78	158.027,03
Adiantamentos de Clientes		1.415,45	3.151,33
Estado e outros entes públicos		41.762,63	37.803,40
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		150.000,00	0,00
Diferimentos		26.404,56	87.800,88
Outras contas a pagar		185.770,85	180.825,47
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		564.885,27	467.608,11
Total do passivo		665.885,27	568.608,11
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.387.831,47	2.270.418,65

O Técnico Oficial Contas

A Mesa Administrativa

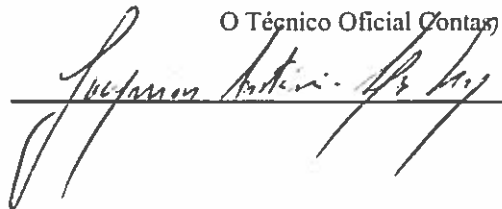
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

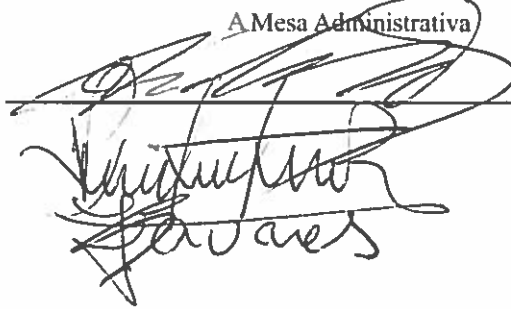
Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados		704.511,93	643.029,80
Subsídios, doações e legados à exploração		633.578,89	563.547,56
Variação nos inventários da produção		-4.867,06	-1.400,00
Trabalhos para a própria entidade		10.404,22	13.384,44
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		95.825,10	120.463,13
Fornecimentos e serviços externos		294.502,47	298.484,31
Gastos com o pessoal		1.211.957,28	1.155.329,36
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		12.265,31	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		309.925,97	657.626,93
Outros gastos e perdas		2.252,78	6.855,03
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		36.751,01	295.056,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		76.628,97	87.739,19
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-39.877,96	207.317,71
Juros e rendimentos similares obtidos		29.835,07	45.642,21
Juros e gastos similares suportados		5.472,37	3.714,99
Resultados antes de impostos		-15.515,26	249.244,93
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-15.515,26	249.244,93

O Técnico Oficial Contabil



A Mesa Administrativa



Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Sardoal
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO em Dezembro DE 2014

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		Dezembro 2014	Dezembro 2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		657.969,71	629.194,96
Pagamentos a fornecedores		466.113,97	400.321,48
Pagamentos ao pessoal		1.191.354,74	1.167.879,78
Caixa gerada pelas operações		(999.499,00)	(939.006,30)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		580.794,21	176.931,73
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(418.704,79)	(762.074,57)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		2.995,87	30.907,36
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		325,15	
Outros activos		21.099,18	10.610,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		275.093,33	664.048,73
Subsídios ao investimento		13.077,90	
Juros e rendimentos similares		29.835,07	45.802,02
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		293.586,10	668.333,39
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		150.000,00	98.722,49
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações		1.278,66	
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		5.472,37	3.714,99
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		145.806,29	95.007,50
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		20.687,60	1.266,32
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		60.940,61	59.674,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período		81.637,21	60.940,61

O Técnico Oficial de Contas

NIF/ Matricula
501 157 549

A Mesa Administrat



Santa Casa da Misericórdia de Sardoal

Anexo

3 de Março de 2015



Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	12
5	Activos Fixos Tangíveis	12
6	Activos Intangíveis	14
7	Locações	14
8	Custos de Empréstimos Obtidos	14
9	Inventários	15
10	Rédito	15
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	15
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	17
14	Imposto sobre o Rendimento	17
15	Benefícios dos empregados	17
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
17	Outras Informações	18
17.1	Investimentos Financeiros	18
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	19
17.3	Clientes e Utentes	19
17.4	Outras contas a receber	19
17.5	Diferimentos	20
17.6	Outros Activos Financeiros	20
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	20
17.8	Fundos Patrimoniais	20
17.9	Fornecedores	21
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	21
17.11	Outras Contas a Pagar	21
17.12	Outros Passivos Financeiros	22



Handwritten signature and initials in blue ink.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração	22
7.14 Fornecimentos e serviços externos	22
17.15 Outros rendimentos e ganhos	23
17.16 Outros gastos e perdas	23
17.17 Resultados Financeiros	23
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	24





1 Identificação da Entidade

1.1 - Designação da entidade: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SARDOAL

1.2 – Sede: Largo do Convento, Sardoaal, 2230 SARDOAL

1.3 – Natureza da Atividade: IPSS

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Santa Casa da Misericórdia de Sardoaal opera.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):



Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas



contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Ativos	Vida útil
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospectiva para reflectir novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem e melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzindo de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos



são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo justo valor, valor pelo qual figuravam na contabilidade da instituição.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.3 Activos Intangíveis

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado de três anos. Não é considerada qualquer quantia residual.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

3.2.3.1 Propriedades de Investimento



As propriedades de investimento compreendem, essencialmente imóveis detidos para obter rendas ou valorização do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens e serviços para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transacção). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do custo.

3.2.4 Participações Financeiras:

A rubrica “participações financeiras – outros métodos” inclui os investimentos numa participada na qual a Instituição não exerce controlo (o que ocorreria se a IPSS controlasse direta ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detivesse o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) nem influência significativa (o que ocorreria se a instituição participasse nas decisões financeiras e operacionais da instituição o que geralmente ocorre nos investimentos que representam entre 20% a 50% do capital de uma Instituição).

3.2.5 Custos de empréstimos obtidos:

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto de acréscimo.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.

3.2.6 Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores.



Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada como um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao valor de mercado.

O método de custeio dos inventários adotado pela entidade consiste no custo específico.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

3.2.7.1 Clientes/utentes

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorrido que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou a parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/utente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

3.2.7.2 Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registadas no passivo pelo custo.

3.2.7.3 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registados pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.7.4 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.





3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir melhor a estimativa a essa data.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas.

3.2.11 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento de transacção / serviço à data do relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:



“O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade”

“ É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Instituição;

“Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade”;

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da Instituição receber o correspondente montante.

3.2.12 Imposto sobre o rendimento

Sendo uma IPSS, está isenta de IRC

3.2.13 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as Estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e
- c) Provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da Preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.



3.2.14 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.15 Benefícios dos empregados

Os benefícios dos emprego classificam-se em:

- a) Benefícios de curto-prazo. Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença.
- b) Benefícios de cessação –Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros tiveram os seguintes efeitos:

- No ano de 2014 o património histórico, artístico e cultural, foi revalorizado apresentando os seguintes valores.

5 Activos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2014, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2014					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Depreciações acumuladas iniciais	Transf.	Revalorizações	Saldo final
Bens Imóveis						
Estradas e arruamentos						0,00
Bens do património					847.480,00	847.480,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	847.480,00	847.480,00



Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2013					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	46.260,51	4.800,00				51.060,51
Edifícios e outras construções	2.150.914,29	15.485,97				2.166.400,26
Equipamento básico	293.425,31	6.532,25	24,38			299.933,18
Equipamento de transporte	81.311,88	3.650,00				84.961,88
Equipamento administrativo	76.545,32	178,97				76.724,29
Equipamento biológico	1.040,00					1.040,00
Outros Activos fixos tangíveis	78.220,17	284,55				78.504,72
Total	2.727.717,48	30.931,74	24,38	0,00	0,00	2.758.624,84

	2013			
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Depreciações Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	639.070,58	46.129,78		685.200,36
Equipamento básico	253.950,30	16.432,25		270.382,55
Equipamento de transporte	76.760,38	4.006,50		80.766,88
Equipamento administrativo	73.145,58	1.465,78		74.611,36
Equipamento biológico	1.040,00			1.040,00
Outros Activos fixos tangíveis	24.092,40	1.946,60		26.039,00
Total	1.068.059,24	69.980,91	0,00	1.138.040,15

	2014					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	51.060,51	1.278,66				52.339,17
Edifícios e outras construções	2.166.400,26	267.936,85				2.434.337,11
Equipamento básico	299.933,18	1.532,71				301.465,89
Equipamento de transporte	84.961,88					84.961,88
Equipamento biológico	76.724,29	184,50				76.908,79
Equipamento administrativo	1.040,00					1.040,00
Outros Activos fixos tangíveis	78.504,72					78.504,72
Total	2.758.624,84	270.932,72	0,00	0,00	0,00	2.682.038,71
Depreciações acumuladas						



Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	685.200,36	44.105,93				729.306,32
Equipamento básico	270.382,55	2.403,76				282.786,31
Equipamento de transporte	80.766,88	1.367,51				82.134,38
Equipamento biológico	74.611,36	1.318,81				75.930,17
Equipamento administrativo	1.040,00					1.040,00
Outros Activos fixos tangíveis	26.039,00	1.339,49				27.378,48
Total	1.138.040,15	60.535,51	0,00	0,00	0,00	1.198.575,66

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2013 e 2014, foram os seguintes

2013						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Depreciações acumuladas iniciais	Depreciações do exercício	Saldo Final
Terrenos e recursos	141.819,51					141.819,51
Edifícios e outras construções	573.399,56	10.610,00	88.930,65	223.078,77	17.758,28	254.241,86
Total	715.219,07	10.610,00	88.930,65	223.078,77	17.758,28	396.061,37

2014						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Depreciações acumuladas iniciais	Depreciações do exercício	Saldo Final
Terrenos e recursos	156.480,73		25.964,04			130.516,69
Edifícios e outras construções	515.933,85		94.540,33	155.848,84	16.093,46	249.451,22
Total	672.414,58		120.504,37	155.848,84	16.093,46	379.967,91

6 Activos Intangíveis

Não aplicável neste exercício.

7 Locações

Não aplicável neste exercício.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.



Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	150.000,00	100.000,00	250.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	150.000,00	100.000,00	250.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2013					2014			
	Inventário Inicial	Compras	Regularizações	Inventário final	Custo das matérias primas	Compras	Regularizações	Inventário final	Custo das matérias primas
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.401,25	196.199,35		15.294,79	120.463,13	175.558,58		8.324,76	95.825,10
Produtos acabados e Intermedios	4.000,00			4.500,00				4.500,00	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Activos biológicos				12.667,06				7.800,00	
Total	9.401,25	196.199,35		32.461,85	120.463,13	175.558,58		20.624,76	95.825,10
Variações nos inventários da produção				-1.400,00				-4867,06	

10 Rédito

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2013
Vendas	0,00	77,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	704.511,93	643.029,80
Quotas e jóias	0,00	0,00
Promoção para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	54,26	462,68
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	704.566,19	643.492,48

11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes



Provisões

Nos períodos de 2013 e 2014, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2013	Aumentos	Diminuições	2014
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do sector	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

12.1 Políticas contabilísticas adotadas:

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que Santa Casa da Misericórdia de Sardoal cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso do subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos. Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar em rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício, excepto nos casos em que se destinem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que imputam aos referidos exercícios.



12.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio ao governo.

A 31 de Dezembro de 2014 a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

A Dezembro de 2013 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo".

2013			
Descrição	Natureza	Capital Próprio	D.Resultados
Comparticipação CRSS	Não reembolsável		483.849,61
IEFP	Não reembolsável		55.697,68
POHP	Não reembolsável		21.472,64
Expl. Agrícola (IFAP)	Não reembolsável		2.527,63
Subsídios Investimentos	Não reembolsável	14.298,82	
Total	0,00	14.298,82	563.547,56

2014			
Descrição	Natureza	Capital Próprio	D.Resultados
Comparticipação CRSS	Não reembolsável		489.060,34
IEFP	Não reembolsável		103.574,70
POHP	Não reembolsável		21.506,99
Expl. Agrícola (IFAP)	Não reembolsável		2.636,86
Protocolo Município do Sardoal	Não reembolsável		16.800,00
Total	0,00	14.298,82	633.578,89

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável neste exercício.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável, a SCMS tem isenção definitiva.

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de "104" e em 31/12/2013 foi de "97".



Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1.004.081,28	939.774,22
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	181.092,34	165.678,12
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5.911,12	6.729,01
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	20.872,54	43.148,01
Total	1.211.957,28	1.155.329,36

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2014	2013
Investimentos em subsidiárias	6.733,77	6.733,77
Método de Equivalência Patrimonial	6.733,77	6.733,77
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros – FC	325,15	
Outros investimentos financeiros	11.380,00	11.380,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	-6.733,77	-6.733,77
Total	11.705,15	11.705,15



Vitor


17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Não aplicável neste exercício

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2014 e 2013 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2014	2013
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	86.446,92	57.248,65
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	208.030,22	181.213,23
Total	294.477,14	238.461,88

Nos períodos de 2013 e 2014 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade"

No ano de 2014 foram registadas imparidades.

Descrição	2013				2014			
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Clientes								
Utentes	181.213,23			181.213,23	181.213,23	19.541,15	7.275,84	208.030,22
Total	181.213,23			181.213,23	181.213,23	19.541,15	7.275,84	208.030,22

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Remunerações a pagar ao pessoal		
Adiantamentos ao pessoal	952,22	803,10
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	1.292,81
Outras operações		
Outros Devedores	86.412,19	62.653,50
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	84.364,41	64.747,41



17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a Reconhecer		
Seguros	4.730,17	4.582,38
Custos diferidos OBS no inventário	10.454,64	11.227,69
Material de Escritório	1.086,96	1.096,70
Aluguer de Equipamentos	0,00	885,56
Candidatura Programa Modelar 2- UCCI	4.860,00	4.860,00
Total	21.131,77	22.652,33
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas	26.404,56	34.250,88
Form. Mod. Certif POPH 074740/2012		53.550,00
Total	26.404,56	87.800,88

17.6 Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2014	2013
Certificados de aforro	2493,99	2493,99
Total	2493,99	2493,99

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2014	2013
Caixa		10,00
Depósitos à ordem	23.139,77	1.166,85
Depósitos a prazo	58.497,44	58.497,44
Outros		
Total	81.637,21	59.674,29

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	225.937,34	0,00	0,00	225.937,34
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	32.959,68	0,00	0,00	32.959,68
Resultados transitados	-606.127,77	249.215,09	0,00	-356.912,68
Excedentes de revalorização	0,00	847.480,00	0,00	847.480,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.799.796,36	188.200,76	0,00	1.987.997,12
Resultado líquido do exercício	249.244,93			-15.515,26



Total	1.701.810,54	1.284.895,85	0,00	2.721.946,20
--------------	---------------------	---------------------	-------------	---------------------

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	159.531,78	158.027,03
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	159.531,78	158.027,03

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	17.997,45	1.845,75
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	17.997,45	1.845,75
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	210,43	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	6.753,02	6.536,25
Segurança Social	34.742,69	31.267,15
Outros Impostos e Taxas	56,49	0,00
Total	41.762,63	37.803,40

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		18.914,73		10.791,17
Cauções				
Outras operações				2.505,14
Perdas por imparidade acumuladas				0,00
Fornecedores de investimentos		915,84		717,48
Credores por acréscimo de gastos		156.839,68		141.207,75
Outros credores		9.100,60		25.603,93
Total	0,00	185.770,85	0,00	180.825,47



17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são os seguintes:

Descrição	2014	2013
Adiantamento de utentes	1.415,45	3.151,33
Total	1.415,45	3.151,33

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2014 e 2013, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2014	2013
Subsídios do Estado e outros entes públicos	614.142,03	561.019,93
Subsídios de outras entidades	19.436,86	2.527,63
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	633.578,89	563.547,56

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

7.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	66.202,73	70.840,85
Materiais	9.564,11	8.263,32
Energia e fluidos	116.659,68	128.511,54
Deslocações, estadas e transportes	38,23	0,00
Serviços diversos	102.037,72	90.868,60
Total	294.502,47	298.484,31



17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Rendimentos Suplementares	11.208,92	18.723,04
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.431,58	1.242,88
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	275.093,33	611.360,29
Outros rendimentos e ganhos	22.192,14	26.300,72
Total	309.925,97	657.626,93

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	2.252,78	6.855,03
Total	2.252,78	6.855,03

17.17 Resultados Financeiros



Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	5.472,37	2.359,36
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	1.355,63
Total	5.472,37	3.714,99
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	54,26	462,68
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	29.780,81	45.179,53
Total	29.835,07	45.642,21
Resultados Financeiros	24.362,70	41.927,22

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

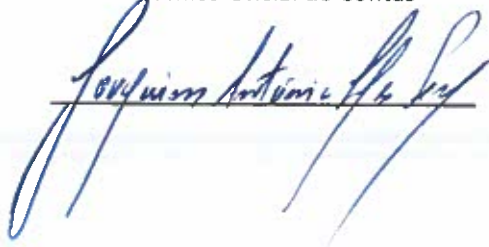
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

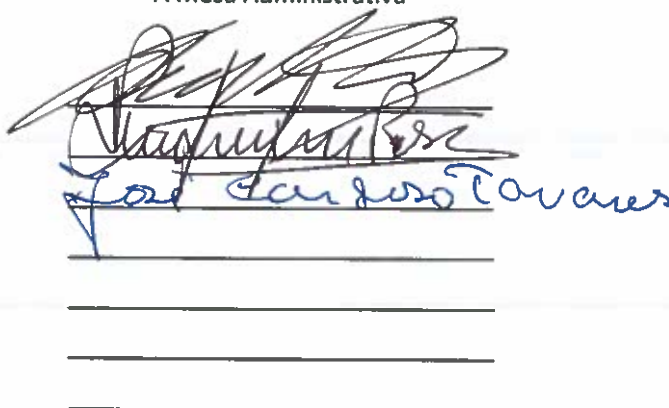
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho Administrativo em 24 de Fevereiro de 2015.

Sardoal, 3 de Março de 2015

O Técnico Oficial de Contas



A Mesa Administrativa






Santa Casa da Misericórdia de Sardoal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, no exercício das competências que lhe são atribuídas pelas disposições legais e estatutárias, vem pronunciar-se sobre a apreciação das Contas do ano de 2014, cuja elaboração acompanhou, solicitando e obtendo todos os elementos e esclarecimentos necessários para poder dar o parecer sobre as mesmas.

Do acompanhamento da vida da Instituição e do conhecimento sobre as propostas contidas no Relatório de Actividades, entendemos estarem correctamente elaboradas as Contas em apreço.

Tal facto permitiu concluir que a Mesa Administrativa evidenciou o maior rigor na elaboração das Contas, sempre no respeito pelas necessidades da Instituição e as normas gerais de uma boa gestão de todo o património.

Os documentos em apreço permitem proceder à avaliação da actividade que se desenvolveu, bem como a compreensão da situação económica e financeira da Instituição e que os requisitos legais e estatutários em vigor foram devidamente observados.

Deste modo o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

Que sejam aprovados o Relatório de Actividades e Contas do ano de 2014;

Que o resultado seja levado a Resultados Transitados;

Que seja aprovado um voto de Louvor à Mesa Administrativa pela forma como tem desenvolvido as actividades da Instituição.

SARDOAL, 2015-03-09

O Presidente *João António*

O Vogal *Paula da Costa*

O Vogal *Paulo da Costa*